



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	246/2024
Data do Início	03/01/2024
Folha	
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 246/2024, Pregão Eletrônico 51/2023

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento, entrega e montagem de mobiliário para o Centro Administrativo Integrado de São José – Maricá.

À Procuradoria Geral do Município,

A empresa **BD APOIO EMPRESARIAL LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Em resumo, a impugnante alega:

- vício no edital que compromete a legalidade do procedimento licitatório;
- necessidade de reformulação da formatação do objeto licitado em item;
- suposta ilegalidade nas exigências referentes à qualificação técnica;
- desconformidade aos requisitos da norma técnica da ABNT.

III – DO MÉRITO

A empresa BD APOIO EMPRESARIAL LTDA questiona a ausência do Estudo Técnico Preliminar nos anexos do edital, argumentando que a privação dessa documentação compromete a legalidade do procedimento licitatório. Ainda, rebate também a formatação de aquisição por lote, alegando a não existência de justificativa suficiente para tal.

A impugnante também alega supostas irregularidades na disposição da qualificação técnica, argumentando que não existe base legal para a exigência de determinadas declarações e a falta de utilização das normas técnicas da ABNT.

Em análise aos pontos atacados, passamos a nos manifestar sobre.

Inicialmente, é dever salientar que toda a estrutura da contratação segue o disposto no termo de referência e que o mesmo passa por diversas etapas até a divulgação do instrumento convocatório, incluindo a análise de legalidade.

Sobre o primeiro ponto, apesar de existir jurisprudência no sentido de se colocar Estudo Técnico Preliminar nos anexos do edital, estas são em âmbito federal, não gerando essa obrigatoriedade aos municípios, que possuem seus próprios decretos, onde, inclusive, o desta municipalidade não traz esse tipo de obrigação, sendo facultado ao órgão competente a inclusão ou não do ETP nos anexos do edital.

Quanto à divisão por lote, o primeiro ponto a ser defendido é que não existe, em princípio, irregularidade, desde que a Administração justifique de forma fundamentada, no respectivo processo administrativo, a vantagem dessa opção.

Ponto oportuno para o debate é deixar claro que para a definição por lote a Administração deve agir com cautela, razoabilidade e proporcionalidade para identificar os itens que o integram, uma vez que os itens agrupados devem guardar compatibilidade entre si, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

Já em relação à qualificação técnica, os pontos questionados pelo impugnante versam especificamente sobre a exigência de declaração emitida por laboratórios acreditados pelo INMETRO, apresentação de laudo de atendimento à NR 17 e, ainda, comprovação da habilitação do ergonomista que emitiu o laudo, em síntese, defendendo que tais exigências editalícias devem ser melhor formuladas com observância aos princípios da vedação ao formalismo exacerbado e da competitividade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Cumpre esclarecer que, qualificação técnica que trata da empresa, está disposta em um rol taxativo definido no art 30 da Lei 8666/93, onde somente se pode fazer exigências fundamentadas em lei, não sendo possível gerar restrições a competição na fase licitatória com exigências não fundamentadas.

Por fim, sobre as normas técnicas, estas são definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, **tendo o seu uso de forma voluntária, isto é, sua observância não é obrigatória por lei**. Logo, é possível encontrar no mercado produtos e serviços que não seguem a norma aplicável para sua produção ou prestação, sem que isso represente qualquer irregularidade. Contudo, é inegável que as normas técnicas asseguram as características desejáveis de produtos e serviços, como qualidade, segurança, confiabilidade e eficiência.

É de comum senso que o edital deverá conter o “objeto da licitação de forma sucinta e clara”; a exigência visa assegurar o tratamento isonômico entre os participantes e, ainda, garantir a eficiência da atuação administrativa. É através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Destaca-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Pela lição do ilustre Marçal Justen Filho, temos:

“(...) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda, elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração.”

Em vista desse cenário, parece possível concluir que condicionar a aceitabilidade de propostas que ofertem APENAS produtos e serviços que atendam às normas técnicas da ABNT acaba funcionando como condição positiva, que teria a finalidade de assegurar a qualidade e confiabilidade dos objetos contratados pela Administração Pública.

Porém, não se deve perder de vista o que dispõe o inciso I, do §1º, do artigo 3º, da Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§1º É vedado aos agentes públicos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.”

Dessa forma, a legalidade do estabelecimento dessa condição está ligada à existência de justificativas técnicas que fundamentem a necessidade, conveniência e oportunidade de tais objetos atenderem às normas técnicas da ABNT em face do interesse público envolvido. Ademais, é importante verificar qual a prática de mercado em relação ao objeto, se é comum a exigência de conformidade com normas técnicas da ABNT. Em outras palavras, é preciso considerar se, sem o atendimento dessa condição, a Administração corre o risco de contratar objetos que não atenderão ao interesse público da melhor forma.

Não obstante os pontos atacados na presente impugnação sejam de cunho técnico, é de bom tom que sejam analisadas as razões uma vez que a peça apresenta diversas questões de aparente relevância.

IV – DA CONCLUSÃO

Tendo em vista o conteúdo tratar de matéria técnica acompanhado pelo fato desta especializada não possuir a expertise técnica necessária para opinar sobre o tema, entendemos ser de competência da Secretaria Requisitante certificar-se a esse respeito, bem como, caso entenda necessário, adequar o Termo de Referência afim que a licitação alcance a melhor proposta e não fira a competitividade do certame.

Diante do exposto, submetemos à Douta Procuradoria Geral do Município e após à Secretaria Requisitante.

Em 04/01/2024

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS
Mat. 111.813

De acordo

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira
Mat. 109.262